

DA CAPTURA DOS SABERES ANCESTRAIS ÀS POSSÍVEIS FISSURAS NO CONTROLE DOS CORPOS: VIVÊNCIAS PSICOSSOCIAIS DO CICLO MENSTRUAL¹

Fernanda Zeloschi²
Conrado Pável de Oliveira³
Daniela Cristina Belchior Mota⁴

RESUMO:

O presente artigo objetivou investigar como os silenciamentos produzidos na ciência positivista acerca dos corpos que menstruam atravessam a Psicologia e quais horizontes podem ser visualizados. A partir de um estudo qualitativo de caráter exploratório e da realização de uma revisão narrativa, a escrita se amplia a quatro seções: a primeira tecendo reflexões sobre a construção de subjetividades de corpos menstruantes sob a lógica capitalista; a segunda, a partir da contextualização histórica, questionando a partir de quais ideologias a medicina interpreta o biológico; a terceira recuperando a memória das bruxas e do que existia antes ou às margens da hegemonia da visão biomédica; e a quarta ensaiando, pelos caminhos da Psicologia Comunitária e do Feminismo Comunitário, outros passos possíveis. Reconhece-se que as patologias físicas e psíquicas das pessoas que menstruam foram historicamente centralizadas e naturalizadas em seus corpos reprodutivos. Na América Latina este processo fora fundado pela colonização, em uma tentativa de apagamento dos saberes ancestrais dos povos originários em detrimento dos saberes europeus e médicos. De encontro a isto, o Feminismo Comunitário, aliado à Psicologia Comunitária, poderá tecer propostas que facilitem a devolução dos processos naturais do ciclo menstrual ao corpo, compreendendo sua dimensão territorial, espiritual e psicossocial, e desnaturalizando posições sociais historicamente ocupadas pelas mulheres e pessoas latino-americanas que menstruam.

Palavras-chave: Ciclo menstrual. Psicologia Comunitária. Feminismo Comunitário.

DE LA CAPTURA DE LOS SABERES ANCESTRALES A LAS POSIBLES FISURAS EN EL CONTROL DE LOS CUERPOS: VIVENCIAS PSICOSOCIALES DEL CICLO MENSTRUAL

RESUMEN:

¹ Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Pesquisa Psicologia e relações sociais, comunitárias e políticas. Recebido em 25/10/2021 e aprovado, após reformulações, em 25/11/2021.

² Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: fernandazeloschi@gmail.com.

³ Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: conradopavel@uniacademia.edu.br

⁴ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: danielabelchior.mota@gmail.com.

El presente estudio tuvo como objetivo investigar cómo los silenciamientos producidos en la ciencia positivista acerca de los cuerpos que menstrúan intervienen en la Psicología y qué escenarios son observables. Tras una investigación cualitativa de carácter exploratorio y una ejecución de revisión narrativa, el estudio se divide en cuatro secciones: la primera teje reflexiones respecto a la construcción de subjetividades de cuerpos menstruantes bajo la lógica capitalista; la segunda, dentro de la contextualización histórica, cuestiona por medio de qué ideologías la medicina interpreta lo biológico; la tercera recupera la memoria de las brujas y de lo que existía antes o al margen de la visión biomédica hegemónica; la cuarta ensaya, a través de la Psicología Comunitaria y del Feminismo Comunitario, otros caminos posibles. Desde luego, se reconoce que las patologías físicas y psíquicas de las personas que menstrúan fueron históricamente centralizadas y naturalizadas en sus cuerpos reproductivos. En Latinoamérica ese proceso halla su creación en la colonización, en un intento de borrar los saberes ancestrales de los pueblos originarios, favoreciendo los saberes de los europeos y médicos. En cambio, el Feminismo Comunitario, aunado a la Psicología Comunitaria, podrá tejer propuestas que faciliten la devolución de los procesos naturales del ciclo menstrual al cuerpo, entendiéndole como biopsicosocial y desnaturalizando las posiciones sociales ocupadas a lo largo de la historia por las mujeres y por las personas latinoamericanas que menstrúan.

Palabras clave: Ciclo menstrual. Psicología Comunitaria. Feminismo Comunitario.

1 INTRODUÇÃO

O ciclo menstrual é historicamente investido de olhares e interpretações religiosas e científicas, tentativas de compreender os mistérios que carregam estes corpos que sangram de períodos em períodos e são capazes de gestar a vida. A investigação do útero pode ter respondido às indagações da ciência positivista e hegemônica, porém as crenças, os mitos e as opressões seguiram ocupando o território uterino.

As raízes da Psicologia estão fincadas tanto em uma cosmovisão individualizante e liberal de sujeito advinda da ascensão do capitalismo, quanto nos saberes patologizantes e naturalizantes da perspectiva biomédica. Dessa forma, é constituída pelas complexas construções históricas sobre o corpo e a subjetividade. Para uma compreensão outra das pessoas que menstruam⁵, será preciso tecer uma análise crítica dos trajetos já percorridos e dos horizontes adiante.

⁵ Posicionando este trabalho a partir do reconhecimento de que não somente mulheres cis poderão vivenciar o ciclo menstrual, como também homens trans, pessoas não-binárias e pessoas intersexuais.

Este trabalho germina com o objetivo de investigar como os silenciamentos produzidos na ciência positivista acerca dos corpos que menstruam atravessam a Psicologia e quais horizontes podem ser visualizados. Dessa forma, foi realizado um estudo de natureza qualitativa e caráter exploratório, norteando-se pela revisão narrativa da bibliografia. As leituras críticas guiaram-se pela historicidade, subjetividade, medicalização e feminismos, possibilitando enlace às autoras e autores da Psicologia Social e Comunitária.

Portanto, compreendendo a vivência dos corpos com útero enquanto experiência territorial, espiritual e psicossocial, este trabalho divide-se em quatro seções alusivas às quatro etapas do ciclo menstrual a fim de explorar suas potencialidades. Ao iniciar pela ovulação, buscar-se-á, a partir da capacidade criativa e criadora desta fase, compreender como nascem as subjetividades dos corpos menstruantes fundadas no capitalismo. Em uma alusão à fase pré-menstrual, momento de maior sintomatologia do ciclo, abordar-se-á o interesse da visão biomédica pelo ciclo menstrual e as patologizações que se impõem a estes corpos. Em uma seção alusiva à menstruação, momento envolvido pelos mistérios e de lembrança dos saberes ancestrais das ervas, falar-se-á da caça às bruxas e do recuperação da memória. Por fim, ao abordar o recomeço cíclico da pré-ovulação, serão tecidas possibilidades outras a estes corpos, entrelaçadas à Psicologia Comunitária e ao Feminismo Comunitário.

2 A NASCENTE DAS ÁGUAS: CORPO, SUBJETIVIDADE E TERRITÓRIO

“[...]para que serve um útero quando
não se faz filhos
para quê [...]”
(Angélica Freitas)

No caminho para as discussões críticas acerca do ciclo menstrual, atravessa-se o corpo. O veículo primeiro de vida, o templo sagrado da Igreja, o instrumento de estudo da ciência, o palco do psiquismo a partir dos sintomas. O corpo é lido pela biologia e seu modelo biomédico, mas a ele poderá ainda ser direcionado o olhar atento às marcas simbólicas e implicações sociais (LOBO, 2019).

Em parte destes estudos, o corpo ocupa o lugar da passividade. Ora é instrumento, ora é meio. “Mas corpo é em si mesmo uma construção” (BUTLER, 2019, p. 30) histórica, lhe sendo reservado diversas características, definições e violências desde o momento que passa a ser. Um corpo é marcado por seu gênero, sua raça, sua nacionalidade. Cresce sendo marcado por sua classe, sua geração, sua orientação sexual (ZAMBONI, 2014).

Historicamente, a partir da “[...] formulação de que a biologia é o destino” (BUTLER, 2019, p. 25), corpos que menstruam vem sendo determinados enquanto femininos e o útero se faz símbolo biológico do que pode e do que deve uma mulher. A estes corpos, caberia uma série de vivências naturalizadas — gestar, cuidar da casa e criar os filhos. Entretanto, a autora citada acima propõe uma ruptura a estas posições de gênero. Nem todos os corpos que menstruam são femininos: corpos intersexuais, não-binários e de homens trans poderão experienciar ciclos menstruais. Da mesma forma, não deve ser o ciclo menstrual uma exigência à vivência feminina: mulheres trans e travestis são parte.

Para tecer novos horizontes no entendimento dos ciclos menstruais, se faz urgente uma compreensão outra dos corpos — em foco, os que menstruam. O feminismo comunitário, vertente latino-americana, reconhecendo a importância de tecer modos de pensar/fazer sociedade a partir do chão que se pisa, propõe enxergar o corpo-território. Segundo Hernández (2016), juntamente às geógrafas feministas, os movimentos encaram o corpo enquanto o espaço das emoções e reações físicas, mas também enquanto lugar colonizado, marcado por patriarcados pré-coloniais e coloniais. Enquanto território, o corpo estará fundado e atravessado pelas objetividades e ideologias vigentes.

Ainda que o processo de tecer os conhecimentos do útero estivesse posto em sociedades ocidentais patriarcais, ou seja, com o poder centralizado na figura dos homens (DELPHY, 2009), somente a partir da crise na Europa Ocidental feudal observa-se uma mudança drástica na direção dos ventos. A ascensão do capitalismo elevou o patriarcado à definição das forças de trabalho, além de convidar a medicina a reorganizar os papéis de gênero (FEDERICI, 2017).

As colonizações na América Latina expandiram a emergência capitalista e marginalizaram as práticas culturais, religiosas e os saberes ancestrais das

mulheres e dos povos sobre seus corpos. Até o século XIX, quando a medicina se expandiu enquanto instituição no Brasil, tornando-se hegemônica, mulheres indígenas e africanas, escravizadas em sua maioria, eram as responsáveis por grande parte dos partos e do manejo das ervas e tratamentos pelos chás. Em uma violenta contradição, tiveram seus saberes silenciados — exceto quando fossem úteis aos colonizadores (LIMA, 2018).

Portanto, o ciclo menstrual requer atenção acerca de sua vivência na América Latina, convidando a demorar o olhar nos fatores anteriores e posteriores às colonizações. Para pensar a construção da subjetividade de um corpo-território que menstrua dentro das fronteiras internas e externas latino-americanas,

[...] o convite deixado pela proposta corpo-território é olhar os corpos como territórios vivos e históricos que aludem a uma interpretação cosmogônica e política, onde habitam nossas mágoas, memórias, conhecimentos, desejos, sonhos individuais e comuns (HERNÁNDEZ, 2016, p. 44, tradução nossa)⁶.

À tecitura da subjetividade, tudo isto interessará. Segundo Bock, Gonçalves e Furtado (2007), este é um processo psicossocial fundado nos percursos históricos coletivos e individuais, tecido pelos fios sociais, culturais, econômicos, políticos, raciais, de sexualidade e territoriais. Compreender o corpo enquanto também território implica reconhecer que processos biológicos como o ciclo menstrual transbordam à dimensão psicossocial, se tornando elementos dialéticos.

De acordo com os autores citados acima, o sistema capitalista, enquanto meio de produção objetivo e subjetivo, naturaliza processos psíquicos, físicos e sociais, de forma que desigualdades, hierarquias e opressões são relativizadas pela lógica liberal. Esta naturalização, encharcada de ideologias, produz uma percepção de que os papéis de gênero, por exemplo, seriam biológicos e dados pela natureza.

⁶ No original: [...] la invitación que deja la propuesta cuerpo-territorio es mirar a los cuerpos como territorios vivos e históricos que aluden a una interpretación cosmogónica y política, donde en él habitan nuestras heridas, memorias, saberes, deseos, sueños individuales y comunes.

A Psicologia surge justamente da necessidade liberal de pautar e reafirmar os processos “naturais” e patologizar os desviantes deles. Em contrapartida, também pode a Psicologia realizar leituras críticas da realidade social e de si mesma, atentando-se para os próprios processos ideologicamente fundados. O contexto histórico, lido e contado pelo viés que melhor serve ao capital, pode ser analisado e questionado enquanto produto dos sujeitos e produtor de seus aspectos. Este movimento relaciona-se com a desnaturalização das questões da vida, uma vez que coloca em xeque o que é posto como dado da natureza (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2007).

3 OS CORPOS QUE JORRAM AS ÁGUAS: A VISÃO BIOMÉDICA E A PATOLOGIZAÇÃO DO CICLO MENSTRUAL

“[...]um útero é do tamanho de um
punho
num útero cabem cadeiras
todos os médicos couberam num
útero
o que não é pouco [...]”
(Angélica Freitas)

Diante do reconhecimento da importância de uma leitura crítica da história, questiona-se de quais formas e a partir de quais olhares os corpos com útero — majoritariamente de mulheres — foram estudados e teorizados ao longo dos anos. De acordo com Federici (2017), a construção do modo de sociedade capitalista no século XV investe no biológico percepções religiosas e políticas, passando o corpo a ser estudado pela medicina a partir dos anseios do capital. Posteriormente, a Psicologia moderna também nasceria e daria, a partir de seu alinhamento ao modelo vigente das ciências naturais da época, seguimento a estes estudos e práticas.

Até o século XVIII, segundo Laqueur (2001), entendia-se que a mulher teria, internamente, os mesmos órgãos sexuais que o homem, numa espécie de corpo invertido, atrofiado. A partir disso, construiu-se a ideia de que homens e mulheres divergiam biologicamente, ao mesmo tempo contrastando e complementando-se — partindo da hierarquia que mantinha o masculino como padrão. A mudança da unidade sexual para a ambivalência sexual ocorreu, [CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 3, n. 6, p. 269-293, jul./dez. 2021 – ISSN 2674-9483](#)

afirma o autor, baseada em relações políticas, religiosas e de poder, uma vez que, na aliança à biologia, era possível estabelecer os papéis de gênero e a ordem social do matrimônio enquanto instituição sagrada.

Cientistas dos séculos XVIII e XIX, amparados pela teoria da diferença sexual baseada na natureza e pela perspectiva positivista da diferença, buscavam localizar, portanto, a essência natural das mulheres em seu útero, julgando ter encontrado nele a origem de adoecimentos não só físicos como também psíquicos. Fenômenos como a pré-menstruação, a menstruação, a gravidez e o parto foram priorizados na definição de doenças mentais das mulheres, além de conceituar-se o início e o fim da vida menstrual da mulher como “[...] momentos extremamente propícios à sua eclosão.” (MARIANO, 2012, p. 39). A partir da descoberta dos ovários, no final do século XIX começou-se a realizar um procedimento denominado “[...] ovariectomia bilateral [...]” (LAQUEUR, 2001, p. 213) com a pretensão de curar a principal patologia da época designada às mulheres: a histeria.

Entretanto, a partir do início do século XX, descobriu-se nos hormônios masculinos e femininos, o que foi considerado o novo coração da feminilidade e a fundamentação química para a diferença sexual. Portanto, até 1927, achava-se que cada sexo teria suas particularidades físicas e mentais localizadas em seu hormônio e, da mesma forma que a existência masculina encontrava suas qualidades na descoberta hormonal, as mulheres tiveram suas descrições comportamentais reendereçoadas. Naturalizaram-se estereótipos de gênero mesmo após a adaptação dos termos “hormônios masculinos” e “hormônios femininos” para “hormônios sexuais”. Localizou-se, ainda, no funcionamento hormonal, o novo centro das doenças psíquicas e físicas femininas (MARIANO, 2012).

Na década de 1920, iniciam investigações endocrinológicas que culminariam, mais tarde, em pesquisas de feministas para a invenção de uma pílula anticoncepcional hormonal que, em primeiro momento, não era destinada a tratamentos de doenças. Posteriormente, novas gerações do medicamento, pensadas não mais por feministas, passam a ser indicadas para acne, cólicas e “[...] ‘problemas de humor’ causados pela menstruação (como a irritabilidade e a ansiedade)” (NUCCI, 2012, p. 137).

A patologização do corpo feminino se dá pela passagem da gravidez e do parto ao domínio do médico e do hospital (não mais de parteiras mulheres), assim como é feito com a menopausa. Para Vieira (2002), o mesmo acontece com a menstruação e a pré-menstruação, transformadas em distúrbios.

Segundo Canguilhem (2009), entende-se que é na relação entre sujeitos e seu meio, sujeitos esses totais, não fragmentados, que se pode ter uma dimensão de doença a partir de uma patologia. Dessa forma, quando se ignora a totalidade de um indivíduo, constrói-se um olhar isolado e desenhado sob apenas um ou alguns aspectos, patologizando desvios do conceito socialmente produzido de normalidade.

Foucault (1984) afirma que foi através da medicina social urbana que se realizou a passagem para a medicina científica, uma vez que, no século XVIII, a partir da análise do ar, das condições de vida e da respiração, iniciou-se um diálogo com a química. Nasce a medicalização que, conforme afirmam Donnangelo e Pereira,

[...] não correspondeu a um fenômeno simples e linear de aumento de um consumo específico, e sim que ela se deu através de uma complexa dinâmica econômica e política na qual se expressaram os interesses e o poder de diferentes classes sociais. (1979, p. 33).

Os autores afirmam que o avanço da medicalização e da prática médica dialoga com a ampliação quantitativa dos serviços por ela designados — controle de natalidade, por exemplo — na expansão capitalista. Além disso, expandiu-se também as normas sociais, de práticas de saúde e de doença pela medicina. Segundo Foucault (1984), enquanto a burguesia fincava as estruturas sociais patriarcais no capital, a medicina social lapidava seus estudos deste corpo-ferramenta, essencial aos meios de produção.

Para Vieira (2002), esses fatores coincidiram diretamente na medicalização do corpo feminino, que foi reduzido à biologia e à “natureza feminina”, num entendimento historicamente construído de que patologias físicas e psíquicas das mulheres se localizam nos seus corpos reprodutivos.

As práticas em saúde sexual e reprodutiva e os entendimentos dos corpos não se fundam apenas em lógicas patriarcais, cisnormativas e heteronormativas como também e centralmente no racismo estrutural. No período da escravização

no Brasil, mulheres negras tinham suas gestações e partos animalizados e a saúde apenas importava para o mercado de escravas. Santos (2021) escreve que

[...] da segunda metade do século XIX até o início do século XX, os estudos sobre saúde da população negra estão firmemente ligados às teorias de degeneração da raça e eugenia. (p. 350).

Desta forma, a autora afirma que o racismo institucional dos dispositivos de saúde se articula historicamente com a perspectiva eugenista de sociedade, interseccionando raça e medicalização. As mulheres negras sofrem mais violências, negligências e ausência de práticas de cuidado do que as mulheres brancas, ao mesmo tempo que têm também seus próprios fazeres em saúde demonizados e silenciados, colocando-os à margem do dito saber científico.

Para além deste modelo eurocêntrico e colonial de tratamento de adoecimentos ou desvios da norma em mulheres, a medicalização serve ao controle dos corpos. Foucault (1988) afirma que o biopoder, enquanto expressão de poder que permite agir sobre a vida e administrá-la ao invés de simplesmente deixar morrer, coloca o campo biológico como também campo político. Dessa forma, o corpo passa a ser território “[...] de controle do saber e de intervenção do poder.” (FOUCAULT, 1988, p. 134).

A medicalização e o biopoder dialogam diretamente com a predominância do modelo biomédico atualmente. Essa medicina mecanicista foca-se na nosografia, ou seja, na descrição dos sintomas para padronização do diagnóstico, tirando o foco da história do indivíduo (BARROS, 2001).

O biopoder exclui os aspectos psicossociais e a visão médica se retém a administrar o corpo orgânico. Na contramão, pode a Psicologia lançar uma visão crítica sob a realidade, fazendo ver as ideologias vigentes e opressões entranhadas nestes processos (SPINK, 1992).

4 O BANHO DAS ANCESTRAIS: CAÇA ÀS BRUXAS E MEMÓRIA DOS SABERES ANCESTRAIS

“[...] amigos ouvintes, brasileiros e
brasileiras
apresento-lhes
o útero errante [...]”

(Angélica Freitas)

Apesar de a medicina eurocêntrica e hegemônica concentrar para si supostas verdades biológicas, anterior a ela já estavam postos os corpos. Ao longo dos períodos históricos, mulheres e pessoas com útero desenvolveram saberes e tratamentos para si e para a comunidade. Apesar de não estarem sistematizados e de serem invalidados pela ciência positivista, ainda é possível acessar conhecimentos destas práticas de cuidado e a história de quem as teceu, reconhecendo potência na memória (PAREDES, 2014).

Mulheres de diferentes povos ocidentais investiam seu tempo em compreender o que se passava no útero e em desenvolvem práticas de cuidado. Realizavam rituais, poções, chás, supositórios vaginais e técnicas facilitadoras de abortos e partos. A tecitura de saberes passava pelas mãos das avós, mães e filhas, de modo que aprimorações eram feitas a partir de novas experiências corporais e comunitárias (MARTÍN, 2009).

No período da Idade Média, encontram-se mulheres ocupando a terra, onde plantavam seus alimentos e suas ervas, com as quais ofereciam tratamentos e cura às comunidades, desenvolvendo poções e supositórios vaginais contraceptivos, curativos e abortivos. Da mesma forma que realizavam trabalhos gerais, também facilitavam o chegar e o partir da vida, auxiliando os partos e os rituais fúnebres (FEDERICI, 2017).

A crise na Europa Ocidental feudal durante a Baixa Idade Média fez emergir a necessidade da classe dominante de se “[...] apropriar de novas fontes de riqueza, expandir sua base econômica e colocar novos trabalhadores sob seu comando.” (FEDERICI, 2017, p. 46). Essa movimentação, somada à violência, foi delineando o sistema capitalista que, mais tarde, seria imposto ao mundo através da colonização.

No final do século XV, a privatização das terras pôs fim a diversas comunidades rurais na Europa, o que, somado à alta dos preços alimentícios, levou as camponesas a ocuparem as cidades como andarilhas e prostitutas para sobreviverem. Mesmo que estivessem à margem da nova ordem social, resistiram à exclusão. Se tornaram misteriosas e até perigosas por estarem geralmente praguejando contra quem lhes negasse ajuda. Surgiam rumores de que elas fizessem mal a crianças e amaldiçoassem pessoas. A presença dessas

mulheres — que, em geral, eram idosas viúvas ou solteiras — se tornou um universo de crenças e temores. Federici (2017) aponta que, junto à expansão da Igreja Católica e Protestante, a Europa enquadrava-as como bruxas, ligando suas práticas ao diabo e iniciando a caça às bruxas.

Segundo a autora, a crise populacional dos séculos XVI e XVII convidou o Estado capitalista a se interessar pela reprodução da mão de obra. Logo se tornou essencial alcançar altas taxas de natalidade, centralizando o útero, órgão que gesta e traz a vida ao mundo, no discurso e nas políticas. A vigilância sobre as mulheres se intensificou, visto que foram proibidas de interromperem uma gravidez com as poções das mulheres do campo. As parteiras, por sua vez, passaram a atuar com a presença obrigatória de médicos homens no evento — que pouco sabiam do partejar, mas eram mais confiáveis ao Estado. As leis proibiram ainda a hospedagem de grávidas solteiras e o uso de qualquer método abortivo, resultando em inúmeras denúncias ao Estado, inclusive de infanticídios. Até mesmo a Reforma Protestante, que tanto silenciou as vivências sexuais, tratou, a partir daquele momento, de exaltar a sexualidade no casamento e a capacidade reprodutiva da mulher.

Federici (2017) afirma que o corpo com útero foi colocado à serviço da acumulação capitalista e as tradições geracionais de ervas e poções contraceptivas, abortivas e curadoras sofreram um apagamento histórico — porém não por completo, uma vez que seguiram, em menor número, na clandestinidade. Carregando no ventre uma máquina de produção, as mulheres foram domesticadas e forçadas à maternidade. Seus corpos foram encarados como recursos naturais o que formulou uma “[...] nova ordem patriarcal” (FEDERICI, 2017, 191), uma vez que quando elas possuíam terras e outros bens comuns, no pré-capitalismo, o patriarcado, apesar de presente, era amenizado. As mulheres se tornaram, aos poucos, bens dos homens — dentro ou fora do casamento, uma vez que, mesmo solteiras, carregavam o útero, um bem da natureza e, portanto, de acesso livre a todos que desejassem.

A história da repressão às mulheres europeias cruzou o oceano junto à colonização. A América Latina pré-colonial esbanjava saberes ancestrais de cultivo de ervas medicinais e práticas ritualísticas, sendo passadas através das gerações femininas (MARTÍN, 2009). Segundo Federici (2017), as mulheres

latino-americanas exerciam funções diversas: teciam, plantavam, serviam aos deuses e deusas, eram curandeiras, herbalistas, sacerdotisas.

Mesmo que fossem ativas na organização da sociedade, elas não se igualavam socialmente aos homens porque o patriarcado não chegou à América Latina com a colonização: houve um encontro do patriarcado já estabelecido pelos homens indígenas com o europeu, um “[...] entroncamento patriarcal [...]” (PAREDES, 2014, p. 72, tradução nossa)⁷ que deu luz a um novo patriarcado, qualitativamente diferente. Ele se tornou a base para a perseguição colonial das mulheres.

Federici (2017) afirma que a colonização das Américas expandiu não somente o capitalismo como também as violências desse sistema para outro continente. A catequização forçada dos povos indígenas partiu da demonização das crenças e dos rituais conduzidos, iniciando a repressão e a perseguição às pessoas, principalmente mulheres, que se recusassem a abandonar os próprios deuses e as próprias sabedorias ancestrais.

Nas terras colonizadas o corpo feminino também fora enxergado como um recurso natural, porém com o recorte de raça, uma vez que eram as mulheres pretas e indígenas as mais vulneráveis aos estupros, violências e abusos (FEDERICI, 2017).

Além disso, no Brasil, segundo Lima (2018), mesmo grávidas, puérperas ou em período de amamentação, eram cobradas a trabalharem igual aos homens, sofrendo penas com maior frequência. Em terras brasileiras, as mulheres negras só eram entendidas como mães quando eram obrigadas a criarem os filhos brancos dos senhores e senhoras. Vendidas quando tinham recém parido, essas mulheres amamentavam crianças de outras mães e as criavam por anos. A mãe preta, como foi nomeada essa figura, era, na realidade, aquela que exercia a maternagem — enquanto a esposa branca era apenas a que paria —, aquela que ensinava tudo o que entendia que era importante de ser ensinado e passava seus valores às crianças (GONZALEZ, 2020).

No entanto, num movimento contraditório, essas “mães” não podiam criar seus próprios filhos, uma vez que, assim que possível, suas crianças eram leiloadas e nunca mais se viam. As mulheres escravizadas foram forçadas a

⁷ No original: Entronque patriarcal.

procriar mão-de-obra sob diversas agressões físicas e sexuais, mas eram impedidas de exercerem a sua maternidade. Numa sociedade que entendia a mulher pela sua maternagem, às negras negava-se a mulher (LIMA, 2018).

No Brasil do século XVI, eram as pessoas escravizadas a maioria da população da colônia portuguesa, quando aconteceram “[...] os ‘casamentos inter-raciais’” que “[...] nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante [...]” (GONZALEZ, 2020, p.58-59), fundamentada na ideologia do branqueamento.

Povos originários resistiam fortemente à colonização, adorando aos próprios deuses e celebrando a própria terra. A partir do século XVII, esses povos tiveram suas perseguições intensificadas, marcando seu alvo principal nas mulheres. A caça às bruxas, agora em outro continente, foi usada “[...] pelas autoridades com o objetivo de propagar terror, destruir resistências coletivas, silenciar comunidades inteiras e instigar o conflito entre seus membros.” (FEDERICI, 2017, p. 382).

A partir do século XVIII, as opressões, antes personificadas nas perseguições violentas e armadas às bruxas latino-americanas, passaram por um processo de substituição por formas mais minuciosas de silenciamento, apagamento e abandono ancestral. As crenças religiosas, as práticas de cura e os rituais em comunidade dos povos indígenas passaram a ser entendidos, por exemplo, como “[...] debilidades de pessoas ignorantes [...]” (FEDERICI, 2017, p. 413), transformando o poder soberano no poder disperso para a sociedade, introjetado e reproduzido.

A parteria, a cura ancestral, o manejo das ervas, o conhecimento dos chás e dos tratamentos aos mais diversos adoecimentos é historicamente, no território brasileiro, uma costura de saberes indígenas, africanos e portugueses. As mulheres negras eram as principais responsáveis por realizar esses afazeres, numa dura contradição, uma vez que, ao mesmo tempo que traziam ao mundo crianças e curavam pessoas com suas heranças e aprendizados, também abortavam e cometiam infanticídios num ato de resistência à escravização (LIMA, 2018).

Segundo a autora citada acima, foi no século XIX que, com a expansão da medicina enquanto instituição no Brasil, questionou-se, reduziu-se e

criminalizou-se esses fazeres porque, segundo os médicos, não tinham a higiene suficiente para serem seguras à vida. Também no século XIX o movimento higienista enquanto ferramenta biopolítica, torna o saber médico (e posteriormente o saber psicológico) passível de determinar comportamentos, práticas e condutas. Assim, as normatividades delineiam a organização e segurança das sociedades e suas relações e instituições de poder (JANTARA, FERRAZZA, 2020).

As práticas violentas de tentativa de dominação e controle, desdobradas em uma versão mais refinada de opressão, não foram suficientes para aniquilar a resistência indígena e negra. Graças às mulheres, a luta anticolonial e anticapitalista percorreu os mais de quinhentos anos, mantendo viva a memória clandestina da sacralidade da terra e das religiões locais e das práticas ancestrais (FEDERICI, 2017).

5 MUDANDO O CURSO DOS RIOS: PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E FEMINISMO COMUNITÁRIO

“[...] repita comigo: eu tenho um
útero
fica aqui
é do tamanho de um punho
nunca apanhou sol [...]”
(Angélica Freitas)

Para deslocar a Psicologia do lugar hegemônico e colonizado que propiciou sua expansão no Brasil, é preciso realizar uma leitura crítica e questionadora dos sujeitos e da realidade social. A proposta de descolar-se do pensamento positivista, o qual, por sua visão limitada de sujeito, é guiado pelas ideologias dominantes, busca reconhecer e superar o que a Psicologia tradicionalmente enquanto ciência entendeu como natural e normal, abrindo espaço para compreensão do sujeito histórico e concreto, ativo, criativo e transformador da realidade (LANE, 1989).

Dessa forma, compreender a trajetória de opressão e resistência das mulheres e dos corpos que vieram antes faz-se relevante também para observar o curso dos rios até a atualidade — reparando em suas curvas e percursos — e permitirá espiar outras possibilidades no horizonte.

O pensar/fazer desta Psicologia em foco abandona a centralidade teórico-prática do “indivíduo”, contrapondo a permissibilidade da condição de singularidade à patologização e individualização dos processos do corpo-território. Guareschi (2010) atenta-se para as relações entre pessoas, baseadas nos afetos – raivas, inquietações, paixões – sendo afetadas pelos aspectos históricos, sociais, territoriais, econômicos, geracionais, políticos, de gênero, de raça, de classe. As comunidades, portanto, são as teias das relações de quem as compõem, tão dinâmicas, dialéticas e passíveis de transformação quanto as pessoas.

As mulheres – tidas como bruxas – trabalharam em prol da organização e mobilização de suas redes comunitárias a partir das práticas de cuidado. Nesse mesmo sentido, a Psicologia Comunitária, a partir da leitura crítica da realidade, propõe-se à facilitação da organização, autonomia e protagonismo de uma determinada comunidade. Para isto, reconhece a importância do afeto enquanto chão de movimentação transformador e da recuperação da memória para análise crítica dos caminhos percorridos até então (COSTA; SILVA, 2015). A partir do reconhecimento da história, é possível trilhar percursos contra hegemônicos e compromissados à decolonização das práticas de si e do coletivo na América Latina.

Com os pés no território de uma comunidade — compreendo este último como “[...] o chão mais a identidade” (SANTOS, 2007, p. 14), a Psicologia, despida de suas teorias abstratas e a-históricas, mergulha nas correntezas das relações concretas tecidas no cotidiano. Imersa, interessa a ela perceber as dinâmicas estabelecidas, as opressões que se implicam e as subjetividades que emergem. As aproximações, os diálogos e as ações são os fios que possibilitam tecer laços às pessoas, aos movimentos sociais e aos saberes não reconhecidos pelas ciências modernas, ocidentais e europeias que ali se encontram. A tecitura se orienta mirando a práxis da libertação dos modelos coloniais, como afirma Mayorga (2019). O caminhar descalço no território e o mergulho na comunidade requer o abandono de uma lógica universalizante da vida. Segundo a autora (2014), essa universalização simulada silencia vivências de pessoas que transbordam à noção hegemônica de sujeito.

Estando a Psicologia Comunitária aliada aos movimentos sociais dos feminismos, é possível sustentar que as mulheres latino-americanas não cabem no discurso de um feminismo europeu e branco. Compreender as múltiplas realidades, com suas variadas opressões e expressões de resistência, acrescenta a lente da interseccionalidade ao mirar uma realidade. Ou seja, será preciso atentar-se a quais desigualdades se tensionam em quais mulheres e corpos e “[...] quais sistemas [...] produzem e também como estão em interseção” (MAYORGA, 2014, p. 228).

De encontro à necessidade feminista da interseccionalidade no pensar/fazer Psicologia Comunitária se coloca o feminismo comunitário que inclui nas relações de gênero um aspecto considerado essencial e invisibilizado nas concepções liberais de um feminismo branco: a comunidade. Paredes (2014), autora de uma das vertentes deste feminismo, compreende a vivência comunitária enquanto implicada pelas lógicas de opressão que silenciam e apagam a história e a sabedoria das ancestrais de cada povo. Em contrapartida, é na comunidade que acontece a construção das resistências.

O neoliberalismo enquanto produtor de modos de vida e subjetividade encara as necessidades das mulheres como problemas (de saúde, por exemplo) a serem resolvidos. A herança colonial latino-americana faz-se de base para este modelo neoliberal que atualiza as opressões e mantém os privilégios das classes médias e altas. Mesmo que o patriarcado alcance as mulheres de maneira geral, observa-se a interseção das desigualdades atingir de maneira diferentes as mulheres indígenas e negras de classes baixas, as quais são “[...] a matriz produtiva do país no neoliberalismo com multitarefas muito importantes para o capital” (PAREDES, 2014, p. 57, tradução nossa)⁸.

A autora afirma que os corpos carregam a marca de um colonialismo interno, sendo marcados por ideais racistas e sexistas. O apagamento dos modos de vida dos povos originários passa a tecer possibilidades essencialmente coloniais, de forma que, sem as sabedorias de suas ancestrais, as mulheres passam a vivenciar suas sexualidades de modo colonizado. Ainda que houvesse um patriarcado pré-colonial, o que se experiencia após o

⁸ “[...] la matriz productiva del país en el neoliberalismo tendrá multitareas muy importantes para el capital.”

entroncamento de patriarcados guia-se pelas demandas do capital e fundamenta opressões que entranham os corpos.

Diante disso, a autora aponta para a emergência de desatar a tecitura neoliberal a partir do feminismo comunitário e usar os mesmos fios para construir outra possibilidade de mundo. Neste processo, também será necessário descolonizar o gênero para “[...] recuperar a memória das lutas de nossas tataravós contra um patriarcado que se instaurou antes da invasão colonial” (PAREDES, 2014, p. 72, tradução nossa)⁹.

Para transformar a realidade, a autora parte da compreensão de que a sociedade é composta por teias de comunidades diversas em gênero, saberes, gerações, raças, classes e territórios. Dentro de cada uma delas se destaca, em geral, a figura dos homens enquanto aqueles que detém o poder das decisões. São propostos cinco campos de luta para construção de uma resistência comunitária ao neoliberalismo e ao posto soberano patriarcal a partir da organização das mulheres.

Propõe-se “[...] partir do corpo como primeiro campo de ação e luta” (PAREDES, 2014, p. 100, tradução nossa)¹⁰. Compreendê-lo enquanto centro das relações é percebê-lo imerso nas teias de afetos como também território das relações de poder. É pelo corpo que se encontram os marcadores sociais, as regras da estética colonial e as fragmentações da vida (corpo/alma, indivíduo/sociedade, por exemplo).

Os corpos com útero, historicamente investigados, carregam ainda a capacidade de reproduzir mão-de-obra. Também são os que vivenciam ciclos menstruais, picos de produção e momentos de repouso — que não cabem expressar-se em um modelo neoliberal de produção ininterrupta.

Entretanto, o corpo é a morada da resistência e da diversidade, da liberdade e do prazer. Paredes (2014) elenca, dentre outras, a necessidade da luta por saúde, informação, segurança alimentar, direito a vivenciar a própria idade, a escolher livre maternidade e a realizar momentos de descanso.

Para acessar este corpo e realizar práticas de cuidado com ele, a autora elenca, como segundo campo de luta, a recuperação da memória histórica. Para

⁹ “[...] recuperar la memoria de las luchas de nuestras tatarabuelas contra un patriarcado que se instauró antes de la invasión colonial.”

¹⁰ “[...] partir del cuerpo como primer campo de acción y lucha.”

encontrá-la será preciso investigação crítica para atravessar as manipulações realizadas pelos patriarcados (o pré-colonial e o que chega junto à colonização). Da memória, desaguam conhecimentos deixados pelas ancestrais que se entrelaçam ao cuidado com o corpo: as sabedorias dos manejos das ervas, as técnicas de parterias, tecelagens, construções.

Da recuperação histórica poderão ainda surgir mulheres que se engajaram, em seu tempo, na luta antipatriarcal — podem não ter escrito e sistematizado seus saberes, mas em um pensamento contra hegemônico, eles poderão receber o cuidado que merecem. Tomar a ancestralidade como força de luta poderá garantir o direito de sistematizar o que foi dito e escrever novos conhecimentos (PAREDES, 2014).

A autora evidencia a emergência da conquista dos espaços, enquanto terceiro campo de luta, compreendendo que é preciso território e casa para crescer corpo, é preciso terra para descansar ancestrais e criar raízes. É pelo espaço das comunicações que se fará o acesso à informação e é pelo espaço político que se fará luta por políticas públicas.

Segundo Paredes (2014), a luta pelo movimento, sendo este um quarto campo de ação, é a luta pela vida. A movimentação dá dimensão social ao corpo e permite o exercício dos sonhos. Movimentar-se é tomar para si a dimensão cíclica das vivências, compreendendo os fechamentos e as aberturas dos processos psicossociais. Organizar-se socialmente é movimentar-se em direção ao horizonte utópico.

A vida “[...] que corre graças ao movimento da natureza e dos atos conscientes, é sentida e percebida como tempo” (PAREDES, 2014, p. 108, tradução nossa)¹¹, sendo ele um quinto campo de ação para o feminismo comunitário. Através da memória, é possível tomar a maneira de medir tempo que as ancestrais criaram e, para além disso, encontrar caminhos para transformar a ideia de que o tempo dos homens — linear — seria mais importante do que o tempo das mulheres — cíclico. A luta pelo tempo é pela divisão dos trabalhos domésticos, para descanso e cuidado do corpo, para saúde e estudo, para movimentar-se, ocupar espaço e recuperar a memória.

¹¹ “[...] que corre gracias al movimiento de la naturaleza y los actos conscientes, es sentida y percibida como tiempo.”

O caminho proposto por Paredes (2014) para o feminismo comunitário fissa a realidade nos cinco campos em direção à decolonização e pode tecer contribuições nos horizontes e desenvolvimentos da Psicologia Comunitária Latino-americana. Ademais, muda o curso dos rios dos corpos, possibilitando devolução à natureza o que lhe pertence — os processos cíclicos menstruais — e desnaturalizando os lugares historicamente ocupados pelas mulheres na América Latina.

Ao realizar o estudo de uma das práxis às quais a Psicologia Comunitária pode se aliar, reconhece-se o lugar central do corpo na experiência, uma vez que nele se entranham as lógicas de opressão, a ele se direcionam os olhares biomédicos e nele mora a ciclicidade historicamente silenciada. Corpo este que também é o veículo de pensar/fazer uma Psicologia que não se esconde atrás do suposto lugar de neutralidade da profissão. A partir de Espinosa (2020), questiona-se, portanto, se profissionais da área teriam incentivo, durante a graduação, a olharem para seus próprios corpos. Enraizada nas teorias e práticas médicas, a Psicologia enquanto ciência pode direcionar-se ao corpo universal — branco, cisgênero, heterossexual, magro, masculino e de classe média/alta —, perdendo de vista e apagando a dimensão sensível dos corpos (SANTOS, 2021).

Ainda permeada pela ciência com discurso de imparcialidade, racionalidade e distanciamento emocional, a academia poderá não dar enfoque ao lugar da(o) psicóloga(o) nas práticas de cuidado. Poderá acontecer de estudantes não serem convidadas(os) a realizarem práticas de autocuidado — o que, numa lógica neoliberal, realmente não tem lugar —, se tornando incapazes de terem tempo e espaço para seus próprios corpos e movimentos. “É como se as pessoas que passaram pela academia estivessem imunes” (ESPINOSA, 2020, p. 354, tradução nossa)¹² o que não condiz com a necessidade de uma libertação da própria Psicologia de suas amarras historicamente opressoras, inclusive à própria classe profissional, para mirar uma Psicologia da Libertação (MARTÍN-BARÓ, 1996).

Dessa forma, reconhece-se a importância de trilhar a história da América Latina para reconhecer, criticamente, a realidade como é e seus

¹² “Es como si las personas que pasaran por la academia estuvieran inmunes.”

desdobramentos à constituição da subjetividade. Além disso, na revisitação ao passado, possibilita-se o encontro com outras formas de cuidado de um corpo que, enquanto situação, coloca-se aberto para outros olhares para seus processos naturais e suas movimentações ensaiadas e naturalizadas, mas passíveis de libertação.

É preciso considerar, de acordo com Baima e Guzzo (2019), o processo de análise da realidade histórico-dialética para o desenvolvimento de ações e práticas da Psicologia Comunitária. Nesse sentido, faz-se relevante, analisar como o tensionamento das ações de fragmentação da vida incidem diretamente nos corpos (marcados e incididos de diferentes formas), estando a recuperação da dimensão sensível destes enlaçada à emergência da transformação política da sociedade, horizonte ético-político da Psicologia Comunitária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após tecer a conjuntura histórica, observa-se que parece existir um processo de exploração do corpo que menstrua, despindo-o de seus mistérios e fissurando-o a partir dos interesses do capital. Estas fragmentações facilitariam a naturalização dos papéis de gênero, de forma que os fatores psicossociais da experiência do ciclo menstrual sofreriam uma tentativa de apagamento. O mesmo ocorreria com os saberes ancestrais, antes passados entre gerações familiares e comunitárias, posteriormente colocados à margem pelo saber médico.

Ainda que a Psicologia se constitua nos percursos do capitalismo e, além de produzida por ele, também produziu e produz a seu serviço, o estudo reconheceu ser possível fôlego para o exercício contra hegemônico de vislumbrar e trilhar outros caminhos. Numa leitura crítica da realidade, compreendendo-a enquanto histórica e dialética, a tessitura se torna mais aparente, fazendo ver as lógicas de opressão que se embaraçam nas movimentações cotidianas.

Parece não ser suficiente dizer de uma dinâmica patriarcal e de uma percepção do útero enquanto reprodutor de mão-de-obra para o capital — nem todas as mulheres e pessoas que menstruam terão seus corpos atravessados

pelos mesmos marcadores sociais, como explicita Zamboni (2014). Este corpo que transborda as barreiras biológicas se faz ver permeado, determinado e localizado pelo chão que pisa, pela sua raça, pela sua classe. As desigualdades (sociais, trabalhistas, de gênero) chegariam ao útero — qual será o serviço de saúde ofertado¹³, que tipo de informação (não) alcançará, quais serão as memórias que constroem a identidade deste corpo.

Por isto, em futuras propostas da Psicologia de aprofundamento no estudo dos ciclos menstruais, ressalta-se a necessidade de atentar-se, nas leituras, observações e escritas, à ampliação da temática ao campo psicossocial. Aparenta relevante questionar, após a realização do estudo, qual seria a interferência do patriarcado na relação das pessoas menstruantes com seus ciclos menstruais, como a linguagem popular ao falar de menstruação se implicaria na construção da subjetividade desses corpos e quais seriam os possíveis entrelaces entre a saúde pública e a recuperação dos saberes e fazeres ancestrais de cada território.

No caminhar ao lado do Feminismo Comunitário em busca do direito ao espaço, movimento, tempo, corpo e à memória, pode-se pensar um entrelace às discussões de gênero, quebrando perspectivas binárias da vida e dos estudos sobre o ciclo menstrual. Mirando a conquista da autonomia individual e coletiva, percebeu-se o compromisso da Psicologia Comunitária em convidar a Psicologia a ampliar e descolonizar seu pensar/fazer profissão, permitindo-se enxergar além das lentes biomédicas. Esta tarefa parece estar nos corredores das graduações, uma vez que uma formação asséptica coloca no mundo profissionais neutros e possivelmente distantes de si mesmos. Psicólogas e psicólogos podem se colocar imersas(os) na experiência de ser/sentir/pensar/fazer a profissão.

Se a visão biomédica mecanicista fissurou os corpos menstruantes para melhor manipulá-los, parece ser necessário costurá-los novamente, tecendo a

¹³ Cabe destacar o recente atentado aos direitos humanos das mulheres expresso na publicação do dia 07 de outubro de 2021 do veto do presidente da república aos artigos da lei 14.214/21, que preveem a distribuição gratuita de absorventes higiênicos a mulheres ameaçadas em sua dignidade menstrual – jovens de baixa renda, mulheres em situação de reclusão ou em situação de rua. Para mais detalhes, acessar o posicionamento da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) sobre o assunto: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/dignidade-menstrual-acesso-absorventes/62539/>

totalidade da (re)existência. Parece caber no útero mais do que cadeiras e médicos, como escreveu Angélica Freitas (2017): parece caber a memória ancestral comunitária e os saberes e fazeres que vieram depois, tomando a força ancestral da autonomia para fazer as escolhas sobre o próprio corpo. Desconfia-se, após o estudo, que a tarefa seja a de desatar os nós da tessitura posta e usar dos mesmos fios para, como faziam as ancestrais e ao lado dos movimentos sociais, tecer novas realidades.

REFERÊNCIAS

BAIMA, Larissa Soares; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Psicologia e questão social: considerações sobre projetos políticos da Psicologia Comunitária ao longo de sua trajetória histórica no Brasil. **Psicologia Política**, Florianópolis, v. 19, n. 44, p. 65-77, jan-abr. 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7422825>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BARROS, José Augusto C. Pensando o processo saúde doença: a que responde o modelo biomédico?. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 67-84, julho 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902002000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 abr. 2021.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina (Orgs.). **Psicologia Sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em Psicologia**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CASTRO, Ricardo Dias de; MAYORGA, Claudia. Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária. **Pesquisas e práticas psicossociais**, São João del-Rei, v. 14, n. 3, p. 1-18, set. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082019000300011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 19 abr. 2021.

COSTA, Samira Lima da; SILVA, Carlos Roberto de Castro e. Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade. **Pesquisas e práticas psicossociais**, São João del-Rei, v. 10, n. 2, p. 283-291, jul./dez. 2015. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/da%20Costa%20%20de%20Castro%20e%20Silva/1033. Acesso em: 1 jun. 2021.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. 2 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2009. p. 173-179.

DONNANGELO, Maria Cecília Ferro; PEREIRA, Luiz. **Saúde e Sociedade**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

ESPINOSA, Leonor María Cantera. Perspectiva de Género y (Auto) Cuidado: Dos Pilares em el Proceso de Formación y Actividad Profesional. In: INZUNZA, Jaime Alfaro et al. (Ed.). **Diálogos contemporâneos em Psicologia Comunitária: Escenarios, problemas y aprendizajes**. Santiago de Chile: 2020. p. 348-361.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FREITAS, Angélica. **Um útero é do tamanho de um punho**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUARESCHI, Pedrinho. O mistério da comunidade. In: SAFORCADA, Enrique Teófilo; SARRIERA, Jorge Castellá (Orgs). **Introdução à Psicologia Comunitária: Bases Teóricas e metodológicas**. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 13-23.

HERNANDÉZ, Delmy Tania Cruz. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. **Revista Solar**, Lima, v. 12, n. 1, p. 35-46, maio 2016. Disponível em: <http://revistasolar.org/wp-content/uploads/2017/07/3-Una-mirada-muy-otra-a-los-territorios-Cuerpos-femeninos.-Delmy-Tania-Cruz-Hern%C3%A1ndez.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

JANTARA, Gustavo Matheus Saides; FERRAZZA, Daniele de Andrade. Análise genealógica sobre a invenção da psicologia: um estudo dos discursos e práticas normativos e higienistas. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 298-322, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/52697/34308>. Acesso em: 17 nov. 2021.

LANE, Silvia T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Orgs). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LIMA, Kelly Diogo de. **Vivências de mulheres negras na assistência ao parto: vulnerabilidades e cuidados**. 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) – Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/28208>. Acesso em: 1 maio 2021.

LOBO, Marina Biacchi. **Problematizando o feminino: corpos e estados mentais**. 2019. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/198487>. Acesso em: 15 set. 2021.

MARIANO, Miriam Oliveira. **A construção da Síndrome Pré-Menstrual**. 2012. 214 f. Tese (Doutoramento em Saúde Coletiva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_0b0c748fe1e408ee90b9662b7513da5b. Acesso em: 13 abr. 2021.

MARTÍN, Pabla Pérez San. **Manual de Introdução à Ginecologia Natural**. 3. ed. Chile: Ginecosofía Ediciones, 2019.

MARTIN-BARÓ, Ignácio. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, junho 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 maio 2021.

MAYORGA, Claudia. Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária. **Athenea Digital**, [S.l.], v. 14, n.1, p. 221-236, mar. 2014. Disponível em: <http://atheneadigital.net/article/view/v14-n1-mayorga>. Acesso em: 10 jun. 2021.

NUCCI, Marina. Seria a pílula anticoncepcional uma droga de “estilo de vida”? Ensaio sobre o atual processo de medicalização da sexualidade. **Sexualidad, salud y sociedad** – Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, n. 10, p. 124-139, abr. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/2665/2028>. Acesso em: 10 out. 2021.

PAREDES, Julieta. **Hilando Fino desde el feminismo comunitário**. 2. ed. México: Cooperativa El Rebozo, 2014.

SANTOS, Ariana. Medicalização e racismo. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio; RODRIGUES, Andreza Pereira; NUCCI, Marina Fisher; SILVA, Fernanda Loureiro (Orgs). **Medicalização do parto: saberes e práticas**. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy; OLIVEIRA, Márcio Piñon (Orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SPINK, Mary Jane P. A construção social do saber sobre a saúde e a doença: uma perspectiva psicossocial. **Saúde e Sociedade**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 125-139, 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/9gFTSRVWm5fWzv4kZfzPthF/?lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2021.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A Medicalização do Corpo Feminino**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

ZAMBONI, Marcio. Marcadores Sociais da Diferença. **Sociologia: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades)**, São Paulo, v. 1, p. 14-18, ago. 2014. Disponível em: https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/2/2018/02/ZAMBONI_MarcadoresSociais.pdf. Acesso em: 09 out. 2021.